

MELVIA MARIA DE OLIVEIRA
Bióloga
IBAMA/COTEC/APED/RJ.

DARIO FRANCO

COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 DE MACAPÁ-AP
(UMA EXPERIÊNCIA DE ASSOCIATIVISMO)

ASTER/PESCART - AP
MACAPÁ-AP - 1978

Í N D I C E

TÍTULOS	PAG.
Introdução.....	03
A Colônia Z-1 de Macapá.....	10
Vida Associativa.....	16
Organização Administrativa.....	20
Orientação e Atualização da Habilitação Profissional.	29
Regularizações de Embarcações.....	32
Saúde.....	34
Pequenos Empréstimos de Emergência.....	36
Previsão Orçamentária.....	37

"As Colônias de Pescadores são associações civís daquelles que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, criadas com prazo indeterminado de duração, com séde e foro na cidade de sua localização e ação em zonas determinadas do território nacional, tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses dos seus associados, subordinadas as respectivas Federações estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores".

Artigo 1º da Portaria 471/73 - MA.

"A Colônia poderá ser dividida em zonas denominadas Capatazias".

Artigo 44º da Portaria 471/73 - MA.

INTRODUÇÃO

A idéia, levada a cabo pela missão do Cruzador *José Bonifácio*, de organizar os pescadores brasileiros, ao longo da costa e nas regiões ribeirinhas, em agrupamentos conhecidos por Colônia, atingiu o Amapá pelos idos de 1925.

Por esta época, foram fundadas as Colônias Z-65, Z-31 e Z-59 em Macapá, Bailique e Vila Montenegro, hoje cidade de Amapá, respectivamente.

Mesmo com o desaparecimento destas sociedades, a idéia permaneceu, mais ou menos viva, até 1963 quando em 14 de abril

foi fundada a Colônia de Pescadores Z-1 "*Janary Nunes*" de Macapá-AP., com jurisdição sôbre o Município de Macapá.

A história da Z-1 tem muito em comum com a vida de centenas de outras Colônias espalhadas pelo Brasil. Uma história de vida e morte, de sucessivos períodos de paralizações seguidos por movimentos de reorganizações.

Têm em comum, entre outros, dois pontos básicos que parecem induzir, na raiz, a este procedimento: a outorga pelo Estado e a inadequação do instrumento em vista aos objetivos.

As Colônias de Pescadores foram organizadas pela Marinha do Brasil em tempo recorde - 1920 a 1925 - e floresceram em todos os Estados e Territórios da União. O Comandante *Frederico Vilar*, do Cruzador *José Bonifácio*, presidiu a quase todas elas quando de suas criações.

A iniciativa de organização dos pescadores em associações foi uma preocupação primeira do Estado, não dos profissionais. Uma preocupação voltada para as questões de segurança do Território Nacional. Os pescadores são, então, considerados reservas da Marinha e têm, entre outras obrigações, a da vigilância contra a pirataria ou qualquer outro tipo de usurpação de terceiros contra o Estado, no mar territorial brasileiro.

Enquanto o Estado se voltava para a salvaguarda de sua soberania, num mundo de apôs guerra, e tentava organizar um contingente humano, já numeroso e sabido despreparado para o nacionalismo, ao mesmo tempo, ele não ignorava o desamparo econômico-social em que viviam os pescadores.

No primeiro estatuto, civismo e assistencialismo são partes integrantes de um mesmo todo.

A Classe assim "*organizada*", de maneira tutelada, estava voltada para as questões de sobrevivência e entendia a ação do Estado como um amparo e lenitivo para as suas agruras. A face assistencialista assume proporções definitivas e os núcleos são organizados debaixo deste aceno. Pode-se afirmar que não havia uma consciência de classe como motivo primeiro nas bases organizacionais.

05

Na verdade, a pregação ideológica foi dirigida para o nacionalismo. O assistencialismo contido nesse bojo era menos uma concessão estatal à visão ingênua que tinham os pescadores da realidade dos seus problemas, do que uma ação inadequada à natureza dos problemas.

Na realidade da situação em que vivem os pescadores as questões de segurança nacional encontravam pouco eco. Os problemas de sobrevivência e satisfação das necessidades básicas, pelo contrário, exigiam uma ação adequada e imediata.

À questão da outorga parece juntar-se o problema da inadequação dos objetivos em vistas ao instrumento.

No primeiro estatuto para as Colônias de Pescadores, a assistência médico-hospitalar, assistência escolar e previdenciária se perfilam ao lado dos objetivos cívicos.

A Colônia de Pescadores, que mais tarde seria definida como Associação de Classe, recebe a incumbência de equacionar questões que parecem fugir à sua finalidade, competência a possibilidade.

Sua receita é a contribuição das mensalidades dos associados e eventuais doações que deverão alimentar a organização à seu nível e aos níveis de Federações e Confederação.

A espera de que fossem atendidas as suas reivindicações através de um instrumento impróprio, tornou os pescadores incrédulos e desanimados. A morte destas sociedades era assim a consequência natural. Os profissionais eram, então, invocados como responsáveis pelo caso que se seguia-completa ausência de esperanças - uma vez que a eles competia a direção da classe e a solução dos seus próprios problemas. Não seria temerário afirmar que as "*reorganizações*" e "*dinamizações*" levadas a cabo através dos tempos, e ainda hoje, pecam exatamente pelos motivos de outorga e inadequação do instrumento, isto é, sociedades de classe tuteladas pela *SUDEPE* e incumbidas de tarefas que lhe estão fora do alcance e competência.

Costuma-se apontar o analfabetismo e o despreparo administrativo dos pescadores, como responsáveis por este tradicional comportamento - períodos sucessivos de paralizações. Todavia, sabe-se da existência de organizações sociais entre pescadores, ditas informais, que atravessam longos períodos e muitas delas nunca encerraram suas atividades desde a criação. Em geral são organizações nascidas da religiosidade popular, com traços acentuados de sincretismo, onde a igreja não tem o poder deliberativo e não foi responsável pela sua formação, diretamente.

O aspecto do formalismo existente nas Colônias, e não poderia ser de outra forma, parece chocar-se com a cultura dita oral, fase em que se encontraram os pescadores. Esta questão, todavia, foge ao objetivo deste trabalho.

A absorção da instituição "*Colônia de Pescadores*" pelos mecanismos de fiscalização legal, advindos do Decreto-Lei 221/67 significa menos um reconhecimento do Estado à existência de uma associação de classe na pesca, do que um instrumento de efetivação do controle necessário.

07

Pode-se considerar a reforma porque passaram os seus estatutos em 1973, promovido pelo Ministério da Agricultura (SUDEPE), a partir de uma exigência do Decreto-Lei 221/67*, como uma nova fase na história desta instituição. Esta fase se caracteriza, tão somente, pela criação concomitante de um primeiro plano de governo dirigido ao pescador artesanal, o *Plano de Assistência à Pesca Artesanal - PES CART* -.

A reforma que contemplou o Estatuto das Colônias, a Portaria 471, conservou as bases filosóficas antigas e tornou-o mais vigilante na questão da segurança interna.

A definição de Colônia como associação civil de classe, ponto alto desta última reforma, significa, ao nosso ver, mais uma explicitação da intenção inicial e que se esperava chegassem elas mesmas no seu desenvolvimento, do que uma revolução

* O Decreto-Lei 221/67 determina no seu art. 94º a regulamentação através de ata do Poder Executivo. A SUDEPE é responsabilizada pela tutela até a regualrização anunciada.

propriamente dita. Esta reflexão tem por base a prática advinda daquela explicitação, isto é, não se registrarem transformações no panorama do funcionamento ou do papel das Colônias.

A participação das lideranças profissionais nos estudos que levariam o poder executivo a promulgarlos como associações de classe seria significativa para que se operassem de fato as reformas? Ou de outro modo, o paternalismo de Estado, ainda hoje traduzido nas intervenções de direção, e nos vários níveis, seria o fator impeditivo da atuação legítima destas associações?

08

A ação voltada para os pescadores artesanais, encetada pelo PESCARD, encontrou na realidade do artesanato pesqueiro, a existência das Colônias. A assistência administrativa foi incluída nos propósitos do Projeto e assistiu-se, então, ao reflorescer de muitas delas. O pouco tempo de experiência não permite ainda uma avaliação. A extensão pesqueira acredita, hoje, encontrar nas Colônias, um instrumento de comunicação entre os técnicos e os pescadores. O instrumento de transferência de tecnologia e de organização da produção. O meio, não o fim, de levar o como da superação das dificuldades de integração e do quadro sócio-econômico.

Acreditamos, contudo, que o debate em torno da propriedade do instrumento para a extensão ainda não foi iniciado.

Entre os pescadores parece que ainda predomina a questão inicial e a adesão à participação se faz por motivo alheio

ao objetivo da instituição. Não seria demais indagar se não está a extensão a promover, mais uma vez, as "*dinamizações*" e "*reorganizações*" como base no paternalismo de Estado e que ao cabo desta tarefa não estarão as Colônias, novamente, fadadas ao desaparecimento temporário até uma nova retomada? Reorganizar ou dinamizar a partir das preocupações administrativas em primeiro lugar e através delas alcançar os profissionais de pesca ou refletir com eles a realidade e assistir reorganizar-se associações de classe? Isto é, atingir os pescadores através da Colônia ou atingir a Colônia através dos pescadores?

A COLÔNIA Z-1 DE MACAPÁ

Na sua fundação, as notas dominantes são a iniciativa governamental e a esperança de que doravante serão resolvidos os problemas de pesca. A sua primeira diretoria é formada por funcionários públicos e pescadores, tendo os primeiros as funções de presidir, e gerenciar os seus pretensos negócios. No discurso de posse, em 19 de junho de 1963, o Presidente agradece "aos dirigentes desta Unidade da Federação a fundação da Colônia" e o ... "Excelentíssimo Senhor Governador Substituto... esclarecendo na oportunidade, a finalidade da instalação da Colônia de Pesca, dizendo entre outras coisas, ser de grande apro

veitamento para o abastecimento da coletividade". (SIC)

Acreditava-se que da "empresa" então criada sairiam as soluções para os problemas da pesca e do pescador. O abastecimento de pescado garantido através da sociedade recém fundada é o primeiro equívoco da adequação do instrumento.

As ações que se seguem marcam nos pescadores a esperança da solução dos seus problemas de sobrevivências e o desânimo pelo não alcance.

A primeira paralização se dá em julho de 1965, dois anos depois de sua fundação, com a renúncia do Presidente chamado de volta aos seus afazeres de serviço público. Mesmo um pedido dos pescadores (e) rejeitado pelo governo para que o Presidente, *Emiliano de Brito*, continue à frente da sociedade.

A atividade conhecida durante estes dois anos de funcionamento, é a tentativa de criação de uma Cooperativa de Crédito para a Pesca. A idéia não logrou êxito. A habilitação profissional dos pescadores, segundo a exigência legal, foi também objeto de preocupação. Uma campanha foi levada a efeito no Arquipélago do Bailique, sem resultados compensadores

Com a renúncia do Presidente em 1965, a direção é assumida pelo seu então Tesoureiro, *Diogo Gama* que também era servidor público.

A falta de registro impede o conhecimento de ação neste período que vai até setembro de 1966 quando se inicia um trabalho de reorganização que dura cinco meses. Essa reorganização

é promovida pelo governo e dela se ocupa o servidor público *Lucimar Amoras Del Castilho*.

A presidência é então entregue em fevereiro de 1967 ao pescador profissional, *Ubaldo Cassemiro Gomes*, que renuncia nove meses depois. A conturbação parece ser a tônica desta última administração.

A escolha para presidência recai novamente sobre *Emiliano de Brito* que depois de algumas investidas, sem êxito, na esperança de encontrar no governo resposta para os problemas de sociedade, adoece e falece pouco tempo depois. Um grande amor ao ideal de ver a Colônia de Pescadores "*Janary Nunes*" de Macapá-AP. revigorada e uma tenacidade a toda prova parecem ser as características básicas daquele servidor. Foi, contudo, um ideia lista.

Depois de oito anos e seis meses de completa paralização tem início, em maio de 1976, a atual fase. O Projeto PESCART da SUDEPE, implantado no Território em julho de 1975 em convênio com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá - ACAR -, diligencia, ainda em 1975, contatos junto aos pescadores, à Federação dos Pescadores do Estado do Pará, a quem está subordinada a Z-1, e a Confederação Nacional dos Pescadores. Resulta d'ai a designação de uma Junta Governativa formada por pescadores, a extensão da área de jurisdição da Z-1 para todo o Território do Amapá e a criação de 10 (DEZ) Capatazias nas seguintes concentrações pesqueiras: Oiapoque e Taperebã no Município de

Oiapoque; Calçoene no Município do mesmo nome; Amapá, Lago Novo, Lago do Pracuúba e Sucurijú no Município de Amapá; Bailique e Santana no Município de Macapá e Mazagão no Município do mesmo nome.

Atualmente a Colônia Z-1 congrega 1.016 associados espalhados nas concentrações pesqueiras segundo o quadro abaixo:

CAP. \ LOC.	ABSOLUTO	RELATIVO
- Macapá.....	128	12,60
- Pracuúba.....	52	5,10
- Santana.....	27	2,55
- Bailique.....	132	13,50
- Sucurijú.....	257	25,55
- Lago Novo....	52	5,10
- Amapá.....	146	14,50
- Calçoene.....	140	13,20
- Mazagão.....	23	0,40
- Oiapoque.....	69	7,50
- Taperebá.....
T O T A L	1.016	100 %

13

Em quinze anos de existência três paralizações marcaram a vida da Colônia Z-1. A ausência dos Pescadores nos processos de "reorganizações" é evidente. O objetivo decorrente da própria natureza da sociedade - defesa dos interesses da Classe - é olvidado.

Estariam os pescadores interessados na reestruturação da Colônia ou estariam voltados, ainda hoje, para as questões de sobrevivência? Sabe-se que a atividade pesqueira no Território

ainda está longe de ser considerada estruturada para enfrentar as tarefas do desenvolvimento. A infra-estrutura pesqueira é inexistente, o seu esforço está muito aquém, qualitativa e quantitativamente, das suas potencialidades e o contingente humano sofre uma mobilidade ao sabor dos incentivos dentro e fora da atividade. Nesse contexto a tradição profissional distancia a formação de uma Classe com interesses e situações próprias.

Ao se analisarem os acontecimentos registrados, que possibilitam engrenar sua pequena história, é-se levado a concluir que a Colônia de Pescadores quer significar, numa visão de governo, a vontade de superação destes obstáculos.

Diante do fato de existência de uma Colônia, numa ação de governo para reabilitá-la, dever-se-ia levar em consideração, a apropriação ou o adequamento de sua natureza? Ou dever-se-ia utilizá-la como meio que possibilitasse erradicar os entres ao próprio desenvolvimento da atividade nos moldes artesanais, como sejam, a dispersão populacional, abaixo nível tecnológico, baixo nível de renda, expoliação mercantil, etc...?

Nesta etapa a reorganização se reveste de um caráter próprio. O Levantamento nos arquivos dos nomes dos antigos sócios permite o contacto inicial e se constata uma deserção maciça na profissão. Os motivos, além dos naturais, são perseguição policial, fiscal e incentivos de outras atividades.

A nucleação na capital e no interior se faz de modo mais ou menos intenso. Dispensa-se o caráter de obrigatoriedade le-

gal de filiação à sociedade e motivam-se os pescadores através da análise dos componentes da realidade. As lideranças são conhecidas a partir da indicação dos próprios núcleos ou Capatazias.

São frequentes, contudo, as adesões por motivos de paternalismo. O equívoco de se esperar soluções imediatas para os problemas de fora da esfera da competência da Colônia ainda está presente, não só nos pescadores como nos órgãos governamentais.

15

A criação de uma Cooperativa de Pesca como instrumento próprio foi incentivada para tornar possível o tratamento das questões mais urgentes detectadas, como a comercialização dos produtos pesqueiros e o abastecimento aos produtores.

VIDA ASSOCIATIVA

No início de cada ano é elaborado um calendário geral de reuniões. As datas são fixadas a partir dos grupos ou Capatazias. Têm frequência mensal e nelas se discutem os problemas específicos de cada núcleo. As necessidades e soluções constatadas e pensadas que ultrapassam a competência ou possibilidade do grupo são encaminhadas à sede da Colônia que soluciona ou contacta os órgãos ou serviços competentes para o caso.

No ano de 1977 a frequência às reuniões teve o seguinte comportamento:

Nas Capatazias de Macapá e Oiapoque a média de frequên

cia foi a mais baixa, 11,75 % a 15,25 % respectivamente;

Sucurijú e Santana tiveram o comportamento mais regular e as médias foram em torno de 60 % a 40 % respectivamente, Sucurijú teve melhor comportamento apresentando uma curva ascendente.

Bailique teve um comportamento regular 61 % até agosto caindo aos últimos meses;

Lago Novo até julho apresentou um desempenho excelente com médias de 85,50% de frequência.

Amapá teve frequência média de 26% e em abril e setembro esta média subiu para 60%.

Em Calçoene a frequência média de 27% foi regular durante todo o ano;

Mazagão até maio manteve a frequência em torno de 57%.

A impossibilidade de se ter uma frequência global se deve em primeiro lugar às discrepâncias numéricas e em segundo lugar à falta de envio, pelos Capatazes, das folhas de frequência às reuniões.

Sem dúvidas as discrepâncias dos números de frequentadores são devidas à presença de pessoal Técnico do PESCART/ACAR aos núcleos e em alguns casos há acontecimentos extraordinários (festas e outros). Observe-se que em Sucurijú os meses de junho, agosto e novembro têm maior participação. É que em junho comemora-se o Dia do Pescador, em agosto a festa da padroeira local e em novembro a "Iluminação" ou dia de finados.

Os Dirigentes da Colônia (Capatazes e Diretores) reúnem-

se trimestralmente para discussão dos problemas comuns, ocasião em que se treinam os dirigentes através do serviço de Extensão Pesqueira.

Esses "*Encontros de Dirigentes da Colônia de Pescadores Z-1 de Macapá-AP.*" são realizados em localidades diferentes, sê de das Capatazias*. Cinco Encontros foram realizados na atual fase de reorganização até maio/78.

A Diretoria Central se reúne uma vez por semana. As Assembléias obedecem às normas da Portaria 471 e são aceitas as representações por grupos seccionais nos moldes do Cooperativismo.

18

* *O patrocínio financeiro, via de regra, é da Colônia, embora o Serviço de Extensão Pesqueira - PES CART - colabore para o êxito destes eventos.*

- FREQUÊNCIA DE ASSOCIADOS ÀS REUNIÕES DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 DE MACAPÁ-AP. - 1977 -

MESES	MACAPÁ		PRACUÚBA		SANTANA		BAILIQUE		* SUCURIJÚ		L. NVO		AMAPÁ		CALÇOENE		MAZAGÃO		OIAPOQUE	
	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq	Exi.	Freq
1977																				
JANEIRO	80	17	...	1	...	105	...	45	...	50	...	31	34	8	...	38	...
FEVEREIRO	80	17	...	2	...	119	40	52	...	50	07	41	16	10	03	48	08
MARÇO	80	17	...	19	11	129	...	52	43	70	18	47	17	12	08	54	07
ABRIL	86	...	16	...	17	5	75	54	223	86	52	36	95	61	73	29	16	09	61	13
MAIO	87	06	31	...	19	7	87	68	223	...	52	48	105	31	78	22	16	08	61	06
JUNHO	95	10	36	...	21	12	114	...	223	104	52	51	105	...	86	28	16	...	61	...
JULHO	105	14	41	...	25	10	128	56	223	...	52	...	112	35	95	...	20	...	61	...
AGOSTO	112	19	41	...	26	11	128	71	223	166	52	...	114	29	113	24	20	...	61	...
SETEMBRO	116	...	41	...	26	14	128	...	223	77	52	...	126	84	113	...	20	...	61	...
OUTUBRO	120	...	41	...	26	10	130	...	223	...	52	...	129	39	113	19	21	...	61	...
NOVEMBRO	123	...	41	...	26	...	130	13	223	182	52	...	136	...	123	20	22	...	62	...
DEZEMBRO	123	...	41	...	26	...	132	5	223	...	52	17	136	...	126	26	22	...	62	...

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

1 - A Colônia de Pescadores Z-1 de Macapá-AP. a partir de 1976 têm área de ação sobre todo o Território Federal do Amapá e é sub-dividida em 10 Capatazias:

CÓDIGO	C A P A T A Z I A S	MUNICÍPIO	VILA / CIDADE
01.000	Sede	Macapá	Macapá
02.000	Pracuúba	Amapá	Pracuúba
03.000	Santana	Macapá	Santana
04.000	Bailique	Macapá	Ilha do Marinheiro
05.000	Sucurijú	Amapá	Sucurijú
06.000	Lago Novo	Amapá	Lago Novo
07.000	Amapá	Amapá	Amapá
08.000	Calçoene	Calçoene	Calçoene
09.000	Mazagão	Mazagão	Mazagão

CÓDIGO	C A P A T A Z I A S	MUNICÍPIO	VILA / CIDADE
10.000	Oiapoque	Oiapoque	Oiapoque
11.000	Taperebã	Oiapoque	Taperebã

O código à esquerda do quadro serve ao controle interno e identifica a procedência da correspondência. A numeração de matrícula de associados, registro de patrimônio e outros também obedecem a este código.

O escritório da sede está instalado provisoriamente em uma sala cedida pela Cooperativa de Pesca e as Capatazias funcionam nas residências dos seus Capatazes. Não são cobrados alugueis.

22

2. *Documentação Na sede da Colônia.*

A Secretaria Central na sede da Colônia reúne os seguintes modelos:

1. Ficha individual de associados
2. Livro de Ata das Assembléias
3. Livro de Ata dos Conselhos
4. Livro de Patrimônio
5. Livro de Matrícula

1 - *Ficha individual de associado* - reúne dados de identificação pessoal e informações da vida societária. É preparada pela Secretaria Central a partir da entrevista e apresentação da documentação pessoal. O assento da frequência às reuniões e pagamentos devidos são feitos mensalmente a partir das folhas de frequência e dos documentos contábeis.

O controle de frequência às reuniões e pagamento de mensalidade possibilita o cumprimento das exigências contidas na Portaria 471, artigo 9º letras f e c e artigo 20º.

2 - *Livros de Atas das Assembléias e dos Conselhos* - registram os eventos pertinentes às Assembléias Ordinárias e Extraordinárias de associados e dos Conselhos de Administração e Fiscal.

3 - *Livro de Patrimônio* - Serve ao assentamento dos bens móveis e imóveis adquiridos pela Colônia.

4 - *Livro de Matrícula* - Onde são registrados todos os associados da Colônia. Reune dados de identificação dos associados. Na sede da Colônia a matrícula é feita após entrevista com o candidato pela Secretaria e posterior aprovação do Conselho de Administração. A entrevista visa identificar o candidato a partir da definição do Decreto-Lei 221/67 no tocante à caracterização de Pescador profissional. Nas Capatazias esta identificação é feita pelo Capataz a partir do conhecimento do candidato.

Documentação Nas Capatazias.

- Considerando-se aspectos culturais por um lado e por outro a necessidade de organização e registro, estabeleceu-se um fluxo mínimo necessário de modelos de documentos que constituem a máquina burocrática da sociedade, em número de 06(SEIS):

1. Relação de Associados
2. Recibos de Mensalidades

3. Recibos de taxa de 3 %*
4. Mapa de controle de pagamento
5. Mapa de frequência às reuniões
6. Livro de Atas das reuniões
7. Ficha individual de associados

1 - A *Relação de Associados* contém os dados essenciais de identificação do pescador e repete o modelo do livro de matrícula. Ainda nesta fase de adesões** este modelo é enviado mensalmente das Capatazias à sede da Colônia e tratado pela Secretaria Central que lança as matrículas em livro próprio. A relação datilografada faz parte do acervo de documentos existentes em cada Capatazia.

2 - Os *Recibos de Mensalidades*, e de taxa de 3% em talões numerados tipograficamente em 3 (TRÊS) vias constituem parte da documentação contábil para elaboração dos balancetes mensais e do balancete geral ao final de cada ano. A 2ª via é enviada pela Capatazia à sede da Colônia a partir do dia 25 de cada mês. Os balancetes são elaborados até o dia 5 do mês subsequente e enviados às Capatazias até o dia 10 do mês em curso.

* Refere-se a Portaria 31/73 da CNP que regularizou a Portaria 471 ART. 9º alínea "C".

** Embora constitua obrigatoriedade por parte do pescador profissional a sua filiação à Colônia-Portaria 471 Art. 52 - a motivação e educação associativa são os veículos únicos utilizados para a associação.

3 - Os Mapas de Controle de Pagamento não constituem documento contábil. Servem para visualização das contribuições. São preenchidos pelo Capataz a partir das 2^{as}. vias dos recibos de mensalidade.

4 - Os Mapas de Frequências às Reuniões*** servem para controle do disposto no artigo 9º alínea "f" da Portaria 471. Também são tratados pelos Capatazes e enviados e sede da Colônia a partir do dia 25 de cada mês.

5 - O Livro de Atas das Reuniões tem como objetivo o registro dos eventos e servem para escrever a história da evolução dos grupos.

6 - Ficha individual de associado - Cada Capatazia recebe uma duplicata do fichário existente na sede dos associados daquele grupo.

A correspondência e outros documentos são guardados em pastas segundo a relação a seguir:

RELAÇÃO DE PASTAS PARA AS CAPATAZIAS

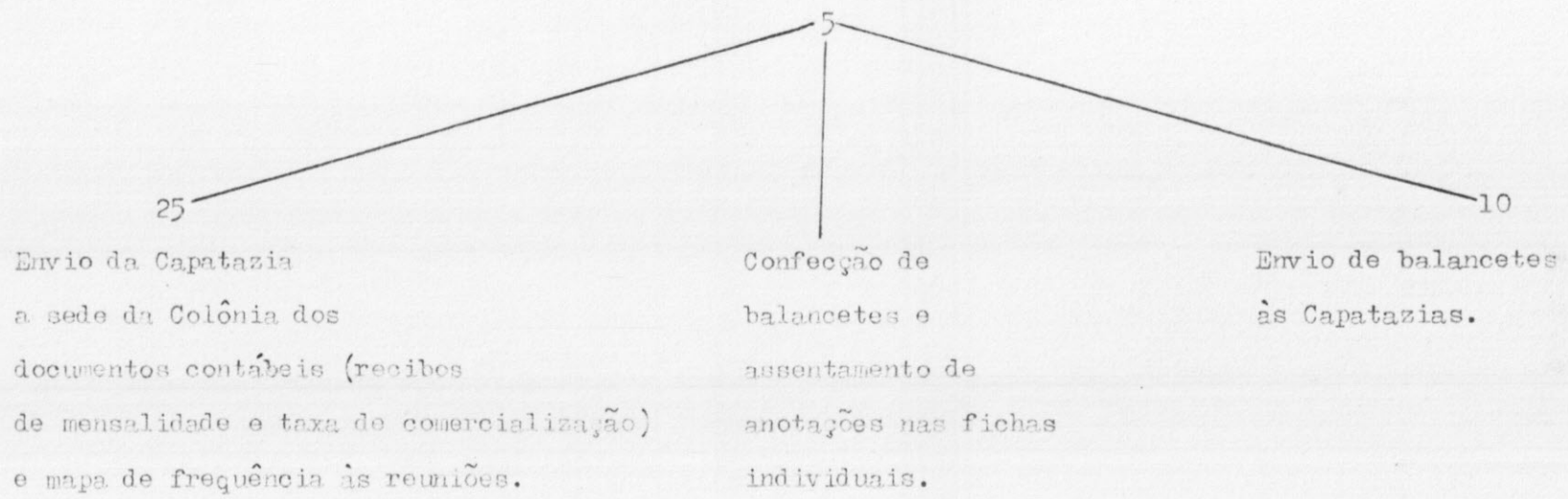
- 01 - Correspondências expedidas
- 02 - Correspondências recebidas
- 03 - Telegramas (Radiofonia) expedidos
- 04 - Telegramas (Radiofonia) recebidos
- 05 - Relação de associados
- 06 - Presença de associados às reuniões
- 07 - Controle de pagamento

***Inicialmente eram folhas de presença assinadas pelo associado

- 08 - Balancetes
- 09 - Documentos diversos
- 10 - Legislação
- 11 - Declaração de matrícula
- 12 - Declaração para FUNRURAL
- 13 - Boletins
- 14 - Recortes de jornais

A numeração destas pastas é uniformizada para toda a Colônia (sede e Capatazia) e a identificação se faz mediante a colocação do código da Capatazia, nome e número da pasta:

08.000
RELAÇÃO DE ASSOCIADOS
Nº 05



25

Envio da Capatazia a sede da Colônia dos documentos contábeis (recibos de mensalidade e taxa de comercialização) e mapa de frequência às reuniões.

5

Confecção de balancetes e assentamento de anotações nas fichas individuais.

10

Envio de balancetes às Capatazias.

Colônia de Pescadores Z-1
de Macapá - AP.
~~ASSEMBLEIA~~
Assistência / Associados

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Secretaria

Presidência

Tesouraria

Serviço de SAÚDE

Secretaria Central

Serv. de Reg. de Emb. Reg. de Pesc.

Cobreadores

Capatazia de Pracu-
uba.

Capatazia de Santa-
na.

Capatazia de Baili-
que.

Capatazia de Sucu-
rijú

Capatazia de L. No-
vo.

Capatazia de Amapá

Capatazia de Calço-
ene.

Capatazia de Maza-
gão.

Capatazia de Oiapo-
que.

Capatazia de Tapere-
bá.

ORIENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Este serviço têm como público potencial beneficiário 100 % dos seus atuais 1.016 associados. É prestado através dos seus Diretores a Capatazes.

A atualização diz respeito aos vistos anuais obrigatórios nas Cadernetas de Inscrição Pessoal (CIP) e Registro Geral da Pesca (RGP). A CIP têm prazo até 30 de junho conforme instruções da Diretoria de Portos e Costas (DPC) e o RGP têm prazo de um ano da data da concessão de acordo com a legislação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). No início de cada ano estes documentos são recolhidos pelos senhores

Capatazes e enviados à sede da Colônia. O serviço de atualização é feito para 39 % dos pescadores associados à Colônia possuidores de CIP e RGP.

A orientação à Habilitação Profissional consiste na divulgação dos documentos necessários à habilitação exigidos pela PORTOMARINST, 12.352.3-A. da Diretoria de Portos e Costas e pela Portaria 310/73 da SUDEPE. A Colônia, além de motivar os profissionais a ela associados para se habilitarem, serve de ponte entre os associados e os serviços de documentação civil. Atualmente o público atingido foi de 22,50 % em dois anos de trabalho (*vide tabela*). A principal dificuldade neste trabalho é a concentração, na Capital, dos Escritórios de serviço de documentação. O deslocamento dos pescadores de sua sede de trabalho até Macapá, implica não só nas despesas com pousada e alimentação durante cerca de oito dias necessários à tramitação burocrática da documentação exigida, mas ainda na interrupção dos trabalhos de pescar por um período nunca inferior a quinze dias.

A Capatazia de Sucurijú apresenta um percentual mais significativo de pescadores habilitados. Isto deve-se, unicamente, à *Campanha de Habilitação de Pescadores* levada a cabo em dezembro de 1975 pela ACAR/PESCART. A metodologia aí utilizada foi a do deslocamento dos serviços à área.

T A B E L A

CAP.	LOC.	PESC. COLON		PESC. HAB.	
		Nº	%	Nº	%
- Macapá		136	13,30	76	23,10
- Pracuúba		52	5,08	3	0,91
- Santana		27	2,65	9	2,74
- Bailique		132	12,93	13	3,95
- Sucurijú		257	25,15	167	50,76
- Lago Novo		52	5,08	-	-
- Amapá		136	13,30	22	6,69
- Calçoene		132	12,91	5	1,52
- Mazagão		25	2,45	6	1,82
- Oiapoque		73	7,15	23	6,99
- Taperebá		-	-	5	1,52
T O T A L		1.022	100	329	100

REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES

A orientação para regularização de embarcações pesqueiras objetiva o cumprimento da legislação pertinente ao Regulamento para o Tráfego Marítimo da Diretoria de Portos e Costas e o registro a que estão obrigadas na SUDEPE. Foi iniciado em 1977.

O serviço está dimensionado para atender 38 % dos associados proprietários de embarcações. Nas Capatazias a efetivação do serviço é dificultada pela impossibilidade de deslocamento até Macapá de muitas embarcações que não têm autonomia para cobrir distâncias maiores ou ainda a inexistência de meios

de navegação (lagos) até Macapá.

SAÚDE

O serviço de saúde iniciado em março de 1978 objetiva o atendimento ao associado e seus dependentes. O público potencial é de 5.080 pessoas*. Funciona como triagem ao FUNRURAL e é prestado através de um consultório próprio da Colônia durante duas horas por dia de segunda a sexta-feira.

Os exames requisitados pelo Serviço de Saúde são feitos em Laboratório particular com quem a Colônia mantém convênio.

**Considerou-se uma média de 5 dependentes por família dos 1.016 associados em 30 de abril/78.*

Até o momento funciona somente a Sala de Consulta Médica e uma pequena Farmácia em uma sala emprestada pelo Projeto PES CART. Pretende-se no futuro implantar uma sala de Curativos (pequena cirurgia). Isto deverá ocorrer quando for possível à Colônia construir a sua sede própria.

Um arquivo próprio foi organizado para controle da clientela e estatística.

PEQUENOS EMPRÉSTIMOS DE EMERGÊNCIAS:

Objetiva o suprimento em caso de emergência e é limitado aos casos de Saúde do associado ou do dependente e Habilitação Profissional. O associado necessitado poderá levantar o fundo em qualquer Capatazia aonde esteja. Em caso de pertencer a outra Capatazia o empréstimo é feito e o crédito é transferido para a sua Capatazia de origem que ressarsirá a Capatazia onde a operação foi feita. O associado se quitará na sua Capatazia de origem. Não são cobrados juros ou qualquer outra taxa.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

I - RECEITA

1 - FONTE DE RECURSOS

A previsão orçamentária da receita para o exercício de 1978, foi calculada levando em conta a soma das mensalidades dos associados, mais a taxa de produção e o recebimento de empréstimos dos associados, como segue:

1.1 - MENSALIDADE.

Para calcular o valor das mensalidades, levou-se em conta o número de associados no exercício de 1978, num total de 1.000, deduzindo a taxa de 20 % referente a evasão, desistência

ou falta de pagamento. Dos 800 associados restantes, à taxa média de Cr\$ 15,00/mês, chegou-se ao valor total de Cr\$ 12.000,00 /mês.

1.2 - TAXA DE PRODUÇÃO

Esta taxa refere-se a 3% sobre a produção dos associados, de acordo com a Portaria nº 31/75 de 07 de julho de 1975.

Considerando a produção média de 1.000/mês por Capatazia; considerando 11 (ONZE) Capatazias existentes; e considerando Cr\$ 8,00 o preço médio por quilo à taxa de 3% sobre a produção chegou-se ao total de Cr\$ 2.640,00/mês, usando a seguinte fórmula:

$$\frac{K \times C \times P \times T}{100} \\ \frac{1.000 \times 11 \times 8,00 \times 3\%}{100} = 2.640,00/\text{mês}$$

CONVENÇÕES

K - Kg / mês

C - nº de Capatazia

P - Preço médio / Kg

T - Taxa de produção

1.3 - RECEBIMENTO DE EMPRÉSTIMOS

O valor de Cr\$ 2.000,00/mês, lançado na previsão orçamentária nesta conta, refere-se ao recebimento de empréstimos feito à associados à prazo fixo.

A previsão orçamentária da despesa, foi elaborada por atividade, como segue:

1 - Prestação de serviços à associados.

Nesta atividade as despesas orçamentárias totalizaram Cr\$ 90.750,00, abrangendo despesas com pessoal, encargos sociais, medicamentos, material de expediente e material médico.

As despesas com pessoal, neste atividade, refere-se ao pagamento de 1 médico à razão de Cr\$ 4.500,00/mês, para dar assistência aos associados e seus dependentes.

O valor de Cr\$ 1.350,00/mês alocada na rubrica ENCARGOS SOCIAIS, foi calculado levando-se em conta as seguintes taxas:

8% FGTS, 21% INPS, 1% PIS, sobre o valor de pessoal.

As demais contas de despesas foram calculadas, levando-se em conta às necessidades de materiais e à disponibilidade da receita.

2 - ADMINISTRAÇÃO

As despesas desta atividade referem-se aos gastos de apoio à Colônia.

O valor de Cr\$ 3.400,00/mês alocada na conta de pessoal, refere-se ao pagamento de 2 (DOIS) funcionários que prestam serviços de apoio administrativos à Colônia.

O cálculo de encargos sociais foi elaborado à taxa de 30% sobre a despesa de pessoal.

As demais contas de despesas refere-se a aquisição de materiais de expediente, despesas diversas, gastos com passagens e aquisição de 2 mesas de aço para distribuir com as Capatazias que ainda não estão devidamente mobiliadas.

3 - PEQUENOS EMPRÉSTIMOS DE EMERGÊNCIA

O valor de Cr\$ 2.000,00/mês estipulado para esta conta de despesa, refere-se a empréstimos à prazo fixo, para os associados, para ressarcimento posterior.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 DE MACAPÁ - AP
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO /1978

R E C E I T A	D E S P E S A
<p>I - FONTES DE RECURSOS</p> <p>1. Mensalida 144.000,00</p> <p>2. Taxa de Produção 31.680,00</p> <p>3. Recebimento de empréstimos <u>24.000,00</u> 199.680,00</p> <hr style="width: 100%;"/>	<p>I - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A ASSOCIADOS.</p> <p>1. Saúde 84.750,00</p> <p>2. Regularização de embarcação <u>6.000,00</u> 90.750,00</p> <p>II - ADMINISTRAÇÃO</p> <p>1. Despesa de custeio 76.660,00</p> <p>2. Despesa de Capital 8.270,00 84.930,00</p> <p>III - EMPRÉSTIMOS <u>24.000,00</u> 24.000,00</p> <hr style="width: 100%;"/>
<p>TOTAL DA RECEITA 199.680,00</p>	<p>TOTAL DA DESPESA 199.680,00</p>

COLÔNIA DE PESCADORES 2-1 DE MACAPÁ - AP
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1978

DESPESA

C O N T A S	O R Ç A M E N T O		T R I M E S T R A L			
	MENSAL	ANUAL	I	II	III	IV
B = DESPESAS						
I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A ASSOCIADOS.		90.750,00	21.350,00	24.025,00	20.270,00	25.100,00
1. SAÚDE		84.750,00				
. Pessoal (médico)	4.500,00	58.500,00	12.625,00	16.625,00	16.625,00	16.625,00
. Encargos sociais	1.350,00	17.550,00	4.925,00	3.850,00	3.850,00	4.925,00
. Medicamentos	200,00	2.400,00	600,00	600,00	600,00	600,00
. Mat. de expediente	225,00	2.700,00	700,00	650,00	700,00	650,00
. Material médico	300,00	3.600,00	1.000,00	800,00	1.000,00	800,00
2. REGULARIZAÇÃO/EMBARC.						
. Despesas/documentação	500,00	6.000,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
. Despesas/despachante	300,00	3.600,00	900,00	900,00	900,00	900,00
. Despesas/despachante	200,00	2.400,00	600,00	600,00	600,00	600,00
II - ADMINISTRAÇÃO	6.760,60	84.930,00	18.130,00	24.335,00	18.130,00	24.335,00
1. Despesas de custeio		76.660,00	18.130,00	20.200,00	18.130,00	20.200,00
. Pessoal	3.400,00	44.200,00	10.150,00	11.950,00	10.150,00	11.950,00
. Encargos sociais	1.080,00	13.260,00	3.180,00	3.450,00	3.180,00	3.450,00
. Passagens/transporte	700,00	8.400,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00
. Material de expedien.	600,00	7.200,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
. Despesas diversas	300,00	3.600,00	900,00	900,00	900,00	900,00
2. DESPESAS DE CAPITAL		8.270,00		4.135,00		4.135,00
. Móveis e utensílios		8.270,00		4.135,00		4.135,00
III - PEQUENOS EMPRÉSTI-MOS DE EMERGÊNCIA.	2.000,00	24.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL DA DESPESA	-	199.680,00	45.480,00	54.360,00	44.405,00	55.435,00

COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 DE MACAPÁ - AP
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1978

RECEITA

C O N T A S	O R Ç A M E N T O		T R I M E S T R A L			
	MENSAL	ANUAL	I	II	III	IV
A = RECEITAS						
I - FONTES DE RECURSOS						
1. Mensalidade Considerando 800 pescadores/mês - à taxa média de 15,00/mês.	12.000,00	144.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00	36.000,00
2. TAXA DE PRODUÇÃO Considerando a taxa de 3% s/a produção média de 1.000 Kg/mês em 11 CAPATAZIAS/preço médio Cr\$ 8,00 p/Kg.	2.640,00	31.680,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00	7.920,00
3. Recebimento de pequenos empréstimos de emergência.	2.000,00	24.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL DA RECEITA	16.640,00	199.680,00	49.920,00	49.920,00	49.920,00	49.920,00

A N E X O S .

COLÔNIA DE PESCADORES Z-1
MACAPÁ — AP

1. Associação Col. (data)

2. Data Cadastro

CADASTRO

DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

3. NOME			4. Apelido	
5. Endereço			6. Identidade	7. CPF
8. CIP	9. RGP	10. N.º Mat. Col	11. Nº Mat. Copa	12. Data Nascimento
13. N.º de Filhos	14. de 0 a 5 anos	15. de 6 a 14 anos	16. Caracterização	17. Renda Média

18. Região de Pesca		19. Apetrechos		
20. Peixe mais Capturado	21. Época	22. Conservação (tipo)	23. Comercialização	
24. Embarcação (tipo)	25. Propulsão	26. Marca/Potência motor	27. T. Líquida	28. Nome(s) Emb.

29. OUTROS BENS						
30. Crédito Educativo		31. Valor (Cr\$)	32. Data	33. Carência	34. Amortização	35. Banco
Sim	Não					

FRENTE

CONTROLE DE FREQUÊNCIA ÀS REUNIÕES

1978

1979

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

1980

1981

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

CONTROLE DE PAGAMENTO DE MENSALIDADE

1978

1979

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

1980

1981

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

CONTROLE DE PAGAMENTO DE TAXA DE COMERCIALIZAÇÃO

1978

1979

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

1980

1981

Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.

VERSO

COLABORARAM NESTE TRABALHO

- PESQUISA

. *Ciomara Couto de Oliveira*

- LEVANTAMENTO DE DADOS

. *João Cavalcante Neto*

. *João Bôsko Alfaia Dias*

. *Zelito Dias Amanajás*

- ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

. *João Humberto de Azevedo*

- MONTAGEM E DATILOGRAFIA

. *Ivan dos Santos Costa*